**O FANTASTICO MUNDO DE “JOJÓ”: RELATOS, VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE FORTALEZA-CE.**

**Autor: Mithale Dayane Alves Guanabara**

Graduanda em Pedagogia- Universidade Estadual Vale do Acaraú

E-mail: mithale28@gmail.com

**Co-autor: Ledervan Vieira Cazé**

Mestrando em Sociologia – Programa de Pós-Graduação/Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE.

E-mail: levan\_caze@hotmail.com

**RESUMO**

O presente artigo tem o intuito de analisar a política de educação inclusiva a partir de relatos, vivências e experiências de acompanhamento educacional inclusivo, tendo como fonte de dados, o universo pedagógico que gravita em torno de “Jojó”, uma aluna do 9º Ano, do Ensino Fundamental II, diagnosticada com deficiência intelectual. Esse trabalho tem por objetivo refletir a importância de um auxilio pedagógico individualizado, sensível e especificado para o aluno com deficiência e a necessidade de buscar diversas metodologias pedagógicas para educar alguém que não possui o ritmo habitual de um aluno convencional. Para alcançar tal objetivo acadêmico, utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa, com uso de observação participante (como estagiária de pedagogia) e de vivencias no campo, além da aplicação de atividades educativas dentro do acompanhamento pedagógico da respectiva aluna. Prosseguindo, a pesquisa evidenciou que o contato mais personalizado, as distintas estratégias pedagógicas, o respeito ao ritmo peculiar do aluno, bem como o real comprometimento com a condição de educador, promoveu uma atmosfera de mudança e potencializou o desenvolvimento de Jojó que, hoje, sente-se verdadeiramente em processo de inclusão. Por fim, concluiu-se que a Educação Inclusiva, se praticada na totalidade daquilo que realmente almeja enquanto modelo de educação transformadora, verdadeiramente pode configurar uma ferramenta de mudança social.

**1.INTRODUÇÃO**

Como consequência de muitas lutas políticas, os séculos XX e XXI inauguraram muitas conquistas para a Educação Inclusiva. Assim e como ação humanista, universal e democrática, a “educação das diferenças” objetivou transformar a sociedade e o educando na sua totalidade, contemplando a diversidade e produzindo, naqueles que possuem necessidades especiais, a oportunidade de manifestarem sua cidadania.

Destarte e como exemplo de tal triunfo, a Lei Nº 13.146 (de 2015) assegurou a promoção e a inclusão, em condições de igualdade, de pessoas com deficiência, o que, de forma geral, contribuiu para o aumento visível e notório desses educandos no âmbito escolar.

Todavia e tendo em vista a “juventude” dessas leis, a falta de informação das famílias e o descaso da própria Sociedade, o respectivo cenário é caracterizado pela ausência de investimentos, pela escassez de capacitação profissional e pela carência de fiscalização.

Assim, não é espanto perceber que a efetividade dessa norma jurídica fica prejudicada e a negligência com os diferentes se transforme em regra geral. O que prejudica qualquer política inclusiva e verdadeiramente transformadora da realidade daqueles que são excluídos por esse contexto.

Prosseguindo e como reflexo dessa condição, também é perceptível que a nefasta regra da “rejeição”, por parte de algumas Escolas, se torne comum e os alunos com essa natureza não sejam aceitos e/ou matriculados democraticamente.

Em suma, o “descontentamento” velado de algumas unidades educativas em receber os alunos com necessidades especiais deixa evidente o quanto é necessário descontruir a cultura do preconceito e avançar para um ideal mais humano, diverso e cidadão.

Sobre tal realidade, declara a Professora Fernanda Cavalieri, mãe dos gêmeos Daniel e Gustavo (diagnosticados com transtorno espectro do autismo): “[...] Foram quatro meses até encontrar vaga para meus filhos numa escola particular da cidade, onde visitei seis instituições que rejeitaram sua matricula com negativas veladas [...]” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2018).

Como percebido no depoimento acima, a busca pelo acesso a educação para alunos com necessidades especiais no ensino regular ainda é uma “peleja” cansativa, por vezes frustrante e escassa. O que potencializa e valoriza qualquer situação de êxito e conquista pedagógica que contraponha essa realidade.

Dito isso, o presente artigo tem o intuito de apresentar relatos, vivências e experiências do acompanhamento educacional inclusivo, tendo como fonte de dados o universo pedagógico que gravita em torno de “Jojó”, uma aluna do 9º Ano, do Ensino Fundamental II, diagnosticada com deficiência intelectual.

Esse trabalho tem por objetivo expor para os acadêmicos, profissionais da área da educação e afins, a importância de um auxilio pedagógico individualizado e específico para o aluno com deficiência, a relevância do uso da sensibilidade nesse contexto educacional, a necessidade de buscar diversas metodologias pedagógicas e o uso da paciência, afetividade e do amor para educar alguém que não possui o ritmo habitual de um aluno convencional.

Prosseguindo e para alcançar tal objetivo acadêmico, utilizou-se uma abordagem metodológica essencialmente qualitativa, com uso de observação participante (como estagiária de pedagogia) e de vivencias no campo, além da aplicação de atividades educativas dentro do acompanhamento pedagógico da respectiva aluna.

Destarte e desde o primeiro momento no estudo, destaca-se que a profissional em formação (estagiária) é a responsável direta pela adaptação de todas as atividades que são passadas para a aluna. De forma geral, tais exercícios são realizados de forma lúdica e no nível de compreensão da estudante, além do uso da interdisciplinaridade e da utilização e criação de jogos educativos que são realizados juntamente com a discente.

Como método avaliativo da instituição estudada, a estagiária desenvolve todas as avaliações de cada disciplina que a sua turma do ensino regular recebe, além de elaborar relatórios semestrais de acompanhamento. Assim, fica evidente que, dentro da respectiva unidade educacional, é essa a profissional que se aproxima em maior demanda da respectiva aluna e que, portanto, assume o papel de incluí-la e desenvolver sua capacidade de aprendizado.

Nesse sentido, os Resultados e Discussões alcançados neste artigo, perpassam pelos muitos momentos de observação diária da estudante, da comparação e da descrição dos relatórios anteriores e da relação, por vezes de desenvolvimento e/ou retrocesso, com o nível de aprendizado atual.

Por fim, o respectivo estudo considera uma descrição legítima do fabuloso “Mundo de Jojó” e opera uma crítica ao modelo de Educação Inclusiva atual, trazendo como contribuição ao debate, as distintas experiências e vivências que tornaram de nossa aluna um exemplo de luta, compreensão e de perseverança através do exercício da diversidade.

**2. REFERENCIAL TEÓRICO**

**2.1 Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual: conceituações e pressupostos teóricos.**

De forma geral e a partir de qualquer conceituação mais genérica do vocábulo que enseja o título inicial desse momento teórico, não é exagero afirmar, desde já, que a Educação Inclusiva, enquanto expressão maior de mudança e transformação social só acontecerá, de fato, quando envolver a totalidade dos atores que dela comungam. Nesse sentido, a respectiva abordagem pedagógica existe como compromisso de todos os sujeitos e atores políticos que constroem a dimensão do educativo: docentes, discentes e sociedade civil (famílias).

Assim e arriscando reproduzir o velho discurso ideológico da educação, julgo que não tem outro lugar mais propicio do que na sala de aula, para construirmos uma sociedade mais diversa e verdadeiramente justa.

Ainda que não seja um exercício pleno, o convívio com os diferentes é uma necessidade humana elementar, posto que seja as distintas cosmologias que tecem nossas identidades aquilo que produz um mundo tão pleno e rico de perspectivas. De forma geral, é nos conflitos e nas disparidades que aprendemos e nos desenvolvemos como iguais.

Contudo, esta mesma Educação, ferramenta de liberdade, direito social inabalável e garantia constitucional defendida a todo custo pelos mais diferentes setores da sociedade brasileira, ainda sofre os mais variados entraves políticos e estruturais e, quase sempre, acaba por não promover a totalidade daquilo que objetiva, ou seja, mudar a vida dos mais humildes, dos excluídos, das minorias, dos vulneráveis e daqueles que não têm acesso a uma vida mais justa.

Retomando o objetivo primeiro do tópico e recorrendo ao MEC (2008), para expor um conceito inicial da temática, a Educação Inclusiva é “[...] uma ação educativa humanista e universal que objetiva, através do exercício pleno da democracia, transformar a sociedade e o educando na sua totalidade, ou seja, contemplando a diversidade dos educandos e produzindo cidadania real [...]”.

Nesse sentido a Escola Inclusiva, não faz distinções, portanto;

Aceita e compreende o outro na sua singularidade, implicando-lhe mudança e transformação para além de sua realidade sociocultural, cognitiva, física e/ou familiar que o define, já que percebe nos conflitos, na desordem e nas desestabilidades da vida a própria natureza que compõe cada ser enquanto sujeito único e rico de conhecimentos (ZIMMERMANN & STRIEDER, 2010).

A Educação Inclusiva, através do Documento intitulado: *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*pode ser definida como:

[...] um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL/MEC, 2008).

Nesse sentido, quando tomamos conceitualmente a ideia de uma Pedagogia Inclusiva como ferramenta de transformação social para discentes com deficiência intelectual, observamos que é a Educação o instrumento que traz de volta estes indivíduos a sociedade e os empodera de ideias sobre e sob sua condição física, uma vez que, "[...] todos, sem exceção devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares, onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos indiscriminadamente [...]" (CARVALHO, 2007 p. 170).

A Educação Inclusiva, nesse viés e através de suas práticas vinculadas, figura-se como meio eficiente para o melhor convívio social, ou seja, aquele que é promotor de cidadania diversa, pois ainda que incompreendidos na sua totalidade, estes jovens alunos com necessidades especiais são pessoas em construção e carecem de dignidade e cidadania.

Sendo assim, tais políticas educacionais vinculadas ao empoderamento politico de grupos excluídos deveriam enfatizar a plenitude de suas ações e a instrumentalização de suas ferramentas para a reconstrução de um ambiente escolar que acontecesse de acordo com sua proposta teórica, ou seja, aquela que diz respeito a uma lógica pedagógica humanizadora e universal.

Damico (2011, p. 140) nos ensina que a Educação inclusiva funciona como um aparato completo e dinâmico de ações que objetivam alcançar a totalidade da vida do jovem e não somente a superficialidade da escola formal.

[...] em todos os casos a educação torna-se o meio mais viável de condicionar o adolescente à novas condutas [...]. É um processo pedagógico, visto que envolve mudança de comportamentos e interfere nas escolhas individuais de forma a afastar o núcleo familiar da ociosidade e operar a mudança.

Portanto, ao aluno com Deficiência Intelectual deveria ser concedido condições plenas de reestruturação, reinserção e adaptação à plenitude das condições educacionais, pois esse ator específico da politica de educação inclusiva sofre os mais distintos entraves quando da sua inserção ou reinserção no ensino regular.

Tal desafio se constrói, outro não, através de compreensão individualizada e particularizada, onde a equidade prepondere mais do que a “falácia” da igualdade, pois o que caracteriza essa condição educativa é a dificuldade para interpretar conteúdos abstratos, o que exige estratégias diferenciadas, sedutoras e afetivas por parte do professor e de todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem.

Destarte e como bem preceitua Vasconcelos (2004), a deficiência intelectual é um transtorno de desenvolvimento que faz com que o indivíduo tenha um **nível cognitivo e comportamental muito abaixo do que é esperado para a sua idade** cronológica.

Todavia e segundo Honora & Frizanco (2008, p. 103):

[...] A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro [...].

Consubstanciando com Honora & Frizanco, Carvalho *et* *al* (2007) nos ensina que:

[...] O diagnóstico de deficiência mental está a cargo de médicos e psicólogos clínicos, realizando-se em consultórios, hospitais, centros de reabilitação e clínicas. Equipes interdisciplinares de instituições educacionais também o realizam. De um modo geral, a demanda atende propósitos educacionais, ocupacionais, profissionais e de intervenção [...].

Em suma e a partir dos muitos níveis a que alcança essa condição, existe uma grande variação de capacidades e necessidades dos indivíduos com deficiência intelectual, podendo apresentar, portanto e segundo Honora & Frizanco (2008) diferenças em quatro áreas:

**1**.**Área motora**: algumas crianças com deficiência intelectual leve não apresentam diferenças significativas em relação às crianças consideradas “normais”, porém podem apresentar alterações na motricidade fina. Nos casos mais severos, pode-se perceber incapacidades motoras mais acentuadas, tais como dificuldades de coordenação e manipulação. Podem também começar a andar mais tardiamente.

**2. Área cognitiva**: alguns alunos com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades na aprendizagem de conceitos abstratos, em focar a atenção, na capacidade de memorização e resolução de problemas, na generalização. Podem atingir os mesmos objetivos escolares que alunos considerados “normais”, porém, em alguns casos, com um ritmo mais lento.

**3.Área da comunicação**: em alguns alunos com deficiência intelectual, é encontrada dificuldade de comunicação, acarretando uma maior dificuldade em suas relações.

**4.Área socioeducacional**: em alguns casos de deficiência intelectual, ocorre uma discrepância entre a idade mental e a idade cronológica, porém temos de ter claro que a melhor forma de promover a interação social é colocando os alunos em contato com seus pares da mesma idade cronológica, para participar das mesmas atividades, aprendendo os comportamentos, valores e atitudes apropriados da sua faixa etária. O fato de o aluno ser inserido numa turma que tenha sua “idade mental”, ao invés de contribuir para seu desenvolvimento, irá infantiliza-lo, o que dificulta seu desenvolvimento psíquico-social.

Contudo, para exaurir o tópico e fazendo jus à totalidade dos pesquisadores atuais, o melhor caminho para se trabalhar com a questão é a particularização do aprendizado. Em suma, o caminho pedagógico mais adequado é identificar as competências e habilidades que a criança tem e desenvolvê-las.

Cabe ao professor, nesse sentido, propor atividades inclusivas e redimensionar o conteúdo formal às formas de exposição, flexibilização e apropriação do currículo para a realização das atividades. Também de forma geral e invocando novamente Carvalho (2003) é necessário fazer uso de estratégias diversificadas, participativas e integradoras, o que contribui, sobremaneira, para inclusão e socialização do aluno.

* 1. **Educação e Diversidade: mudança e transformação através do ensino afetivo.**

A educação é um instrumento que tem por objetivo conceder acesso ao direito de igualdade. Em suma, ela permite que todos possam competir nas mesmas condições dentro de uma sociedade. A partir desse ponto de vista, a Educação que atua sob o prisma da diversidade permite aos alunos com deficiência intelectual as possibilidades de aquisição de conhecimento específico, conforme suas necessidades.

[...] Nem todas as crianças aprendem e se desenvolvem no mesmo ritmo, reagem emocionalmente do mesmo modo, e veem ou ouvem igualmente... as crianças deficientes abandonavam a escola porque não conseguiam competir com as crianças normais e as escolas não estavam organizadas para elas.(KIRK E GALLAGHER, 1987,p.33)

Trabalhar com uma educação na diversidade muitas vezes pode incomodar alguns profissionais que estagnaram no tempo e apenas repetem as mesmas atividades ou métodos para todos os tipos de aluno, sem levar em consideração as especificidades de cada individuo.

Assim e conforme Honora & Frizanco (2008, p. 107):

[...] Não existem “receitas” prontas para o trabalho com alunos tanto com deficiência intelectual, ou com outra deficiência, quanto com os sem deficiência. Devemos ter em mente que cada aluno é um e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta, sempre [...].

Segundo Kirk e Gallagher (1987):

A prática de um ensino destinado a um publico tão específico deve ser livre e desprendida da formalidade habitual da Escola convencional. Em termos gerais, o professor não deve amarrar o processo de ensino/aprendizagem ao conteúdo ou ao currículo propriamente dito, mas sim em respeitar o ritmo do aluno.

Ainda segundo os autores acima, respeitar o ritmo do discente não quer dizer, necessariamente, facilitar os desafios educacionais, mas apenas adapta-los ao momento ou a situação que se apresenta diariamente. Assim e caso se verifique que o aluno não está conseguindo realizar os exercícios, o professor deve voltar a lições mais fáceis, até que o aluno sinta-se pronto para novos desafios, que precisam ser dados, de acordo com a cadência do estudante.

No contexto educacional em que vivemos, onde surgem alunos com inúmeras deficiências nas salas de aulas é preciso:

A sensibilidade em acolher esse aluno e entenda que o seu tempo de aprendizado é totalmente diferenciado dos demais. E que todo auxilio e apoio especializado nesse processo de educação trará grandes benefícios para o aluno que possui alguma deficiência (VASCONCELOS, 2004).

**3. RESULTADOS**

Jojó é uma linda mocinha de 14 anos, que possue deficiência intelectual leve, muita simpática, amorosa e um pouco tímida. Apresentando certa dificuldade em expressar uma linguagem compreensível. Esse embaraço na sua comunicação talvez seja devido a sua deficiência ou a ausência de um acompanhamento fonodiologico no momento adequado. O que não se sabe ao certo. Enfim, ela é uma garota que gosta de comer, principalmente diversas guloseimas tais como; pizza, chocolate, bolo e bombom. E dentre o seu campo de palavras essas são as que mais se expressam quanto a identificação e leitura no uso da linguagem. Pois bem, Jojó não consegue ler como uma adolescente de sua idade. Mas consegue fazer a leitura de algumas palavras que fazem parte do seu universo e gosto paladar.

Nas observações diárias da vivência pedagógica, notou-se o interesse constante da aluna em participar das atividades propostas. Isso evidencia, na leitura dessa pesquisadora uma necessidade marcante de interação, que surgira em Jojó desde o primeiro contato quando se recusava sair de sala para realizar algumas atividades que exigiam um pouco de concentração da aluna e silencio por parte da turma.

Prosseguindo, o trabalho pedagógico realizado com Jojó baseou-se em; trazer novas palavras para o seu campo lexical e tentar iniciar um processo de leitura silábica, promover autonomia da aluna e aumento na sua coordenação motora, ensinar diversos conhecimentos a cerca das disciplinas estudadas em sua turma e proporcionar uma interação e inclusão dentro e fora de sala.

No inicio do ano letivo de 2018, Jojó, apresentava-se na fase pré-silábica, possuindo um pequeno vocabulário com compreensão de leitura e escrita de apenas 06 palavras, citadas nos parágrafos anteriores. Com o decorrer desse ano percebeu-se um aumento no seu léxico escrito, e um avanço na iniciação da leitura com outras palavras (monossílabas e dissílabas) que não fazem parte do seu gosto paladar. Sendo evidenciado tanto por parte da profissional que a acompanha, quanto por alguns professores regentes das disciplinas especificas que atuam em sala de aula.

Nesse intercurso de tempo, observou-se na aluna uma maior interação com os colegas de sala e sua inclusão nas atividades realizadas em grupo dentro e fora de sala de aula. Como exemplo sua participação no Sarau da escola, a qual não era evidenciada nos anos anteriores.

Por fim, de todo o progresso apontado no campo da linguagem e escrita, no social e afetivo de Jojó, não se pode deixar de mencionar os conhecimentos adquiridos com as demais disciplinas trabalhadas (matemática, química, física, biologia, literatura, artes, espanhol, inglês etc.) pela profissional pedagógica, que foram executados de modo adaptativo e compreensível a seu nível de aceitação e entendimento. Tornando assim, possível o seu acesso a uma educação regular mesmo diante de inúmeras dificuldades trazidas pela sua deficiência. Que aos olhos dessa pesquisadora, demostra uma redução de sua cognição de aprendizagem, não acompanhando sua faixa etária a que pertence e evidenciada, por muitas vezes, no nível de uma criança de sete a oito anos de idade.

**4.CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Inclusiva surge no horizonte do século XXI como uma ferramenta de transformação social, apesar dos mais variados tipos de entraves estruturais e dificuldades de investimento. Assim e ainda que, de forma geral, a instituição escolar opere hoje no limite da precariedade, esse bem aventurado instrumento educacional carrega consigo um poder de mudança que se concretiza no âmbito de experiências localizadas, como no caso de Jojó.

Em suma, o respectivo estudo de caso exemplifica que, com responsabilidade, sob o domínio da técnica e com um pouco de “boa vontade” e dedicação, é possível produzir desenvolvimento educacional e incluir aqueles que, historicamente e por qualquer condição de especialidade física e/ou cognitiva, foram convenientemente excluídos do processo de ensino-aprendizagem.

Contudo, para a efetivação das leis vigentes e o andamento da inclusão desses alunos no ensino regular. É necessário o envolvimento e a capacitação dos profissionais que atuam na área da educação, independente do nível de escolaridade atuante, seja ele na educação infantil, fundamental ou médio. E a sensibilidade de compreender que aquele aluno também merece e consegue aprender, mas necessita de uma metodologia diferenciada para o seu entendimento.

Sendo assim, a educação inclusiva deve de fato ser retirada do papel e aplicada na pratica, sem as rejeições de matriculas e com a facilidade do acesso ao ensino regular mas com todos os instrumentos que proporcionem essa inclusão do aluno e permitam que a escola e o professor consigam acolher e ensinar este aluno que aparece no nosso novo cenário educacional.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

CARVALHO R. E, **A Nova LDB e a Educação Especial**. São Paulo: WVA, 2007.

DAMICO, José Geraldo Soares; **Juventudes Governadas:** Dispositivos de Segurança e Participação no Guajuviras (Canoas/RS) em Grigny Centre (França). Porto Alegre, 2011.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Crianças com deficiência lutam por inclusão** (2018). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/criancas-com-deficiencia-lutam-por-inclusao-1.1890026>. Acessado em 20 de agosto de 2018.

HONORA M. & FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências**: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. Ciranda Cultural, 2008.

KIRK,S. A.; Gallagher, J. J. ( 1987/1996 ). **Educação do indivíduo excepcional**. Tradução Marília Zanella Sanvicente, 1ª ed., São Paulo: Martins Fontes.

STRIEDER, R. ZIMMERMANN, R. L. G. **A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem**. Caderno de pesquisa: Pensamento educacional, vol. 05, nº 10, Maio – agosto de 2010.

VASCONCELOS, M. M. **Retardo mental**. Jornal de pediatria, Porto Alegre, v. 80, n.2, p. S71-S82. Abr. 2004.